

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO A OPORTUNIDADES EM CAMPO GRANDE – MS

Higor Cirilo da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Campus de Três Lagoas
Três Lagoas, MS, Brasil
higor.cirilo@ufms.br

Flávia Akemi Ikuta

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Campo Grande, MS, Brasil
flavia.ikuta@ufms.br

Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Campus de Três Lagoas
Três Lagoas, MS, Brasil
rafaela.delcol@ufms.br

RESUMO

Busca-se compreender como as desigualdades socioespaciais se apresentam em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, partindo dos dados demográficos de renda e raça e do acesso a oportunidades de emprego, saúde e educação, oriundos do Ipea e ITDP. A pesquisa realizou-se por meio de análise teórica acerca do conceito de desigualdade socioespacial, levantamento de dados estatísticos e geoespaciais sobre renda, raça, emprego, acesso a postos de trabalho e equipamentos de saúde e de educação, para o ano de 2019. Nota-se que como muitas das grandes cidades brasileiras, Campo Grande possui concentração de pessoas mais ricas, brancas e de oportunidades de emprego nas porções centrais, entretanto, observa-se que os principais eixos viários da cidade, conformam uma distribuição desses aspectos em direção às saídas da cidade. Os bairros da periferia com menos oportunidades de emprego, são aqueles com maior porcentagem de pessoas negras, pobres e que também figuram com valores mais altos no Índice de Exclusão Social de Campo Grande. Assim, a cidade mostra-se profundamente desigual, de modo que essas disparidades conformam e sustentam a produção do espaço urbano. As desigualdades socioespaciais, visualizadas nos indicadores apresentados, mostram-se como condição, meio e produto da reprodução da sociedade campo-grandense.

Palavras-chave: Desigualdades socioespaciais. Distribuição de renda. Empregos. Equipamentos comunitários. Desigualdade racial.

SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES IN ACCESS TO OPPORTUNITIES IN CAMPO GRANDE - MS

ABSTRACT

This study aims to comprehend the extent of socio-spatial inequalities within Campo Grande, the capital of Mato Grosso do Sul. Our analysis is grounded in demographic data pertaining to income, race, as well as access to employment, healthcare, and educational opportunities, sourced from Ipea and ITDP. The research was conducted through a theoretical examination of the concept of socio-spatial inequality, coupled with the collection and analysis of statistical and geospatial data for the year 2019, focusing on income distribution, racial disparities, employment availability, and access to healthcare and educational facilities. Our findings reveal that, like many other large Brazilian cities, Campo Grande exhibits a concentration of wealth among its white population and a clustering of employment opportunities in its central regions. However, a noteworthy observation is that the city's primary road networks tend to disperse these aspects towards the city's periphery. The neighborhoods located in the outskirts, characterized by limited employment prospects, are predominantly inhabited by black residents with lower incomes. These areas also register higher values on Campo Grande's Social Exclusion Index. Consequently, the city emerges as profoundly unequal, with these disparities both shaping and perpetuating the urban landscape. The socio-spatial inequalities illuminated by the presented indicators are demonstrated to be not only a

prevailing condition but also a means and a consequence of Campo Grande's societal reproduction.

Keywords: Socio-spatial inequalities. Income distribution. Employment opportunities. Community facilities. Racial inequality.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre as desigualdades socioespaciais em Campo Grande - MS, a partir do cruzamento de dados e informações do Projeto de Acesso a Oportunidades realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) e de bases de dados municipais disponibilizados pela prefeitura e pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Os dados obtidos do Projeto Acesso a Oportunidades, obtidos para o ano de 2019, foram cartografados considerando-se aspectos de renda, étnico-raciais e acessibilidade ao emprego, saúde e educação. Os dados referentes à renda e às características étnico-raciais são oriundos do Censo Demográfico 2010, já os referentes aos postos de trabalho formais foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para o ano de 2017, as informações sobre saúde tiveram origem no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) e a localização das escolas (de todos os níveis) foram fornecidas no Censo Escolar 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); a rede viária, por outro lado, teve origem no OpenStreetMap (OSM) de 2019. A acessibilidade, mensurada pelo Projeto Acesso a Oportunidades, considera o tempo para acessar essas oportunidades, bem como a quantidade delas. Ademais, compararam-se os resultados do acesso à oportunidade de emprego e os eixos viários e de transporte público na cidade de Campo Grande, por meio de um mapeamento. Os resultados de cada produto cartográfico foram discutidos com base na revisão teórica previamente apresentada sobre desigualdades socioespaciais, e com outros dados e informações acerca da cidade.

O trabalho está dividido em quatro seções. A primeira destina-se à reflexão teórica sobre as desigualdades socioespaciais, principalmente com base em Rodrigues (2007), Sposito (2012) e Carlos (2007).

Na segunda seção, articula-se a discussão teórica com as questões étnico-raciais, evidenciando um uso diferenciado e desigual do espaço por brancos e negros na realidade campo-grandense, que sinaliza para a permanência histórica do racismo no espaço urbano e sua reprodução. Esse aspecto também está diretamente relacionado à desigualdade de distribuição de renda, que também é discutida nessa seção, a partir da espacialização dos dados de renda média per capita.

Na terceira seção, apresentam-se os produtos cartográficos gerados a partir dos dados do Projeto Acesso a Oportunidades e da análise acerca do acesso às oportunidades de emprego, saúde e educação em Campo Grande, buscando-se identificar suas principais características, bem como avaliar de que forma a distribuição diferenciada das oportunidades de emprego tem conexões com os eixos viários e de transporte público.

Por fim, na quarta seção, são cotejados os resultados oriundos da pesquisa, discutindo-se as principais conclusões. Os dados aqui apresentados são fundamentais para se visualizarem e se analisarem as desigualdades socioespaciais em Campo Grande no ano de 2019, que podem ser observadas na concentração de população mais rica e branca em porções mais privilegiadas da cidade, bem como se evidencia que essa mesma população tem acesso a maiores oportunidades de emprego. Ou seja, a desigualdade socioespacial em Campo Grande é observável tanto em relação ao local de reprodução da vida do trabalhador, assim também é o acesso desse trabalhador aos locais de trabalho e tais elementos são atravessados por desigualdades socioespaciais com características étnico-raciais. A distribuição das oportunidades de acesso à educação e saúde têm uma distribuição maior na área urbana, porém ainda reproduzem as desigualdades denotadas pela distribuição de renda, e de acesso a oportunidades de emprego.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COMO PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

O surgimento da cidade, na história, se confunde-se com o da sociedade de classes, ainda que a divisão de classes seja anterior à cidade (SINGER, 1987). Sob o capitalismo a produção do espaço urbano ocorre de maneira diferenciada e a cidade, produto desse processo, é marcada por desigualdades.

Para o economista Marcelo Medeiros, um estudo abrangente sobre as desigualdades sociais como um todo identifica, julga e mede a desigualdade para, em seguida, empenhar-se na explicação de suas causas. Contudo, o autor destaca a dificuldade em se definir o conceito de desigualdade,

[...] não é uma tarefa tão trivial quanto pode parecer à primeira vista. Esforços importantes foram realizados nessa área, em particular no que diz respeito aos conteúdos valorativos implícitos nas desigualdades consideradas em estudos sobre desigualdades sociais. Amartya Sen (1995), por exemplo, mostra que um passo crucial no estudo da desigualdade é responder à pergunta “desigualdade de quê?” (MEDEIROS, 2012, p. 22).

E, nessa busca por compreender a “desigualdade de quê?”, o autor destaca a coexistência de várias definições imbuídas de implicações éticas, e afirma que “cada medida ou índice utilizado corresponde uma definição distinta de desigualdade. Isso não quer dizer, porém, que os diferentes estudos não compartilham elementos comuns em suas definições” (Medeiros, 2012, p. 23).

Dentre esses elementos, Medeiros aponta que os estudos sobre as desigualdades implicam a distribuição de algo entre indivíduos, agrupamentos ou categorias. Já Dirce Koga, avança ao frisar a necessidade de ir além do aspecto econômico nas análises sobre as desigualdades sociais, pois

denominam-se sociais exatamente por não medirem riqueza e sim por destacarem segmentos populacionais, onde ocorre maior impacto do modelo econômico pela negativa, isto é, pela desapropriação. E denominam-se territoriais, por fazerem referências a determinados espaços onde se dão as condições de vida estudadas (KOGA, 2012, p.87-88).

Nesse sentido, a autora refere-se à necessidade de ampliação de indicadores que correspondam às diferentes perspectivas de condições de vida das populações em uma retórica que busque por melhores metodologias de aferição de qualidade de vida, desenvolvimento humano e na própria desigualdade social.

Em consonância, Alexandre Barbosa enfatiza que a análise das desigualdades sociais revela a estrutura mais ampla das sociedades, reproduzindo padrões de comportamento que dificultam a mobilidade social e impactam nos indicadores sociais (BARBOSA, 2012, p. 22) e conseqüentemente, na forma como o espaço urbano tem sido produzido.

Antes de se adentrar à produção da desigualdade socioespacial, é necessário tratar da diferenciação que, como aponta Ana Fani Alessandri Carlos (2007), é um tema central à geografia, entretanto, quando se desloca a análise da diferenciação **espacial** para a **socioespacial**, incute-se aí uma nova maneira de compreender o processo e abordá-lo. A autora questiona-se sobre o que revelaria essa dimensão “socioespacial” e o que produziria a diferenciação?

A discussão pode ter início com o próprio entendimento sobre o que é o espaço geográfico, compreendido como

produção social, isto é o **ato de produção da vida como produção do espaço** sinalizando uma compreensão dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se faz na Geografia, mas como um termo se realizando no outros e através do outro (CARLOS, 2007, p. 47, grifos nossos).

Nesses marcos, o espaço, para a geografia, é processo e movimento, produção/reprodução social, o que pode ser desvelado a partir da prática socioespacial, que é a base e a sustentação da vida (CARLOS, 2007).

Para Carlos (2007), o centro explicativo das diferenciações socioespaciais é encontrado na Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, nos termos de David Harvey^{1 2 3} e Edward Soja⁴. Ambos potencializam o plano social, estando ele no centro do processo constitutivo da diferenciação, iluminam

¹ HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

² HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografias e Adjacências).

³ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁴ SOJA, Edward William. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

a noção de desigualdade e incluem a divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares⁵.

A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, tal como exposta por Harvey (2011), tem a capacidade de desvelar processos e formas decorrentes dos impactos espaciais da acumulação capitalista, que está assentada na produção de escalas geográficas e da diferença geográfica. O desenvolvimento capitalista, segundo o autor, articula legados histórico-geográficos e forças que ocorrem no tempo presente.

O autor pontua que é possível compreender o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo a partir de quatro condições: a inserção no tecido da vida socioecológica dos processos de acumulação de capital; a acumulação por despossessão; o caráter de “lei econômica” da acumulação de capital no espaço e no tempo e; as lutas políticas, sociais e de classe em multiplicidade de escalas geográficas (HARVEY, 2021).

Embora Carlos (2007) não discorde dos autores, vai em caminho parcialmente distinto deles. Ela aponta que a diferenciação socioespacial tem como cerne a desigualdade e é imanente à produção espacial. Tendo em vista, assim, a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada, a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto da produção social do espaço. Ela é expressa em negatividade na escala do habitar, definida pela luta sobre a apropriação do espaço e a reivindicação para o uso, de modo que “a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas” (CARLOS, 2007, p. 49).

A diferenciação socioespacial passaria a ser cada vez mais lida como desigualdade socioespacial, para Maria Encarnação Beltrão Sposito (2012). A autora, tendo conhecimento da discussão estabelecida por Soja, Harvey e Carlos, aponta que há um primado da desigualdade sobre a diferenciação, no sentido da forma como muitos veem o mundo (Estados, grupos econômicos, grupos políticos, grupos sociais, entidades, associações, instituições, intelectuais, mídia e senso comum). Para a autora, isso pode ocasionar confusão quanto à distinção entre uma e outra.

A questão é mais bem visualizada quando se atesta que é a própria expansão do capital que coloca a necessidade de **comparar** diferentes realidades socioespaciais, de modo que

o movimento que se desenvolve, desde o início da Modernidade, é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o da valorização de diferentes sociedades, historicamente constituídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e de produzir o espaço (SPOSITO, 2012, p. 128).

Assim, esse movimento coloca distintas formações socioespaciais lado a lado e, para a autora, a produção da desigualdade é condição e expressão desse movimento. É a unicidade das técnicas, nos termos aludidos por Milton Santos, que, dialeticamente, provoca a unicidade dos tempos, fazendo com que de fato ou potencialmente, os espaços articulem-se, numa “tendência que coloca todos os lugares, todas as pessoas, todas as situações em comparação” (SPOSITO, 2012, p. 229). Essa tendência tem como pano de fundo, no plano ideológico, a ideia de que todos teriam lugar na sociedade do consumo e é onde as diferenças se “transmutam” em desigualdade e as desigualdades revelam as diferenças do poder de consumo, da capacidade de decisão ou de apreensão do espaço, mas dialeticamente

as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade do consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente diferente (SPOSITO, 2012, p. 129, grifos nossos).

Nota-se, portanto, que ao se falar dessa transformação de diferença em desigualdade, está se falando da primeira como negatividade, enquanto expressão das profundas disparidades entre as classes que constituem a sociedade capitalista. Para Roberto Lobato Corrêa (2022), a diferenciação, nomeada socioespacial, é parte integrante da vida humana, já a desigualdade socioespacial seria seu lado perverso. De outra forma, a diferença revela uma face da divisão do trabalho (social e territorial) e, em se tratando do espaço urbano de uma cidade, as diferenças são reveladoras da divisão intraurbana do trabalho.

⁵ Destacamos também a importante contribuição de Neil Smith (1988) para assunto, com a obra **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço**.

A desigualdade socioespacial, para Arlete Moysés Rodrigues (2007), é um produto do capitalismo e também condição para sua reprodução, tal como concluem Carlos (2007) e Sposito (2012). A luta pelo direito à cidade é uma das principais formas de contestação. Para a autora

[...] a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital, [...] exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. [...] A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 74-75).

Nesse fragmento, destacam-se dois elementos principais elencados pela autora: a relação da desigualdade socioespacial com a presença/ausência do Estado e a exploração e espoliação dos trabalhadores. O paradoxo da presença e ausência do Estado é inclusive um elemento da manutenção da ordem capitalista e Rodrigues (2007) traz alguns exemplos de como o Estado é ausente: falta ou precariedade de moradia, saneamento básico, estabelecimentos de ensino, tratamento de saúde, transportes coletivos e falta de investimentos para sustentar o aumento populacional, seja por migração ou por crescimento vegetativo.

O Estado faz-se presente, por outro lado, ao estabelecer as condições gerais de produção, dentre elas, a própria regulação da força de trabalho, o que a autora relaciona com a ausência do urbano. Há um processo de ocultamento do papel do Estado na produção das desigualdades socioespaciais, já que ele estaria acima dos conflitos que a engendram. Esses problemas seriam resolvidos, na ótica estatal, pelo planejamento territorial urbano, que buscaria, nos termos da autora, a cidade ideal, aquela dos “planejadores de prancheta”. Mas a atuação paradoxal do Estado não se limita a isso.

A atuação paradoxal do Estado mostra-se mais evidente no caso dos conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado e destinados à população pobre e que por vezes são construídos nas periferias, em descontinuidade com o tecido urbano, sem infraestrutura e equipamentos urbanos e de consumo coletivos. É a organização dos moradores, ao pressionar o Estado, que garante a dotação dessas áreas com os serviços urbanos necessários à reprodução da vida. Mas, quando esses conjuntos habitacionais recebem a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários, ou são abarcados pelo tecido urbano, os moradores acabam expulsos. Isso ocorre, pois, a instalação de infraestrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, valorizando as áreas e expulsa os moradores para locais ainda mais distantes, demonstrando a paradoxal presença/ausência do Estado. Assim, “a desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condições de permanência nas mesmas condições precárias” (RODRIGUES, 2007, p. 78), o que está em consonância com o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso na cidade.

A exploração e a espoliação dos trabalhadores são partes do mesmo processo de urbanização, para a autora e, nesse sentido, para a compreensão da produção e da reprodução do espaço urbano, sobretudo da desigualdade socioespacial, a análise do modo de reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores é imprescindível. Esses processos se expressam tanto no local de trabalho, quanto no local de moradia e nos deslocamentos entre eles.

Com a acumulação flexível e o predomínio do neoliberalismo, a desigualdade socioespacial é asseverada, porque, de um lado, ocorre a precarização das relações de trabalho (e, conseqüentemente, eleva-se a exploração) e, de outro, porque a privatização dos serviços públicos ou a redução de seu financiamento impacta diretamente a população trabalhadora e mais pobre. Assim, o neoliberalismo e seus agentes alteram a correlação de forças na sociedade, elegendo um conjunto de inimigos a serem combatidos e “o rebatimento do neoliberalismo intensifica as desigualdades socioespaciais com a transformação da coisa pública em privada resolvível no mercado” (RODRIGUES, 2007, p. 80). Nesses marcos, o predomínio do valor de troca e a retirada do Estado de várias áreas sociais, preconizada pelo neoliberalismo, ocasionam a intensificação da precariedade para a maioria.

Denota-se, a partir de Rodrigues (2007), que a produção das desigualdades socioespaciais está tanto nos processos de produção e circulação do capital como na exploração dos trabalhadores ao longo desse e se expressa fortemente na reprodução da vida do trabalhador, seja na moradia, nos equipamentos urbanos ou nos equipamentos de consumo. Ainda que não se tenha capacidade de, neste artigo, esmiuçar como cada um desses elementos se articula em Campo Grande-MS, busca-se, por meio da discussão de alguns dados sobre educação, saúde, trabalho, renda e raça, dar um panorama, ou uma visão parcial das desigualdades socioespaciais na cidade, articulando moradia e

trabalho para analisá-las, partindo-se, portanto, da compreensão de Rodrigues (2007). Para isso, serão utilizados indicadores sociais ou medidas territoriais como ferramentas para a compreensão dessas desigualdades, como Medeiros (2012) e Koga (2011) mostraram ser possível.

OS 10% MAIS RICOS, A POPULAÇÃO NEGRA E A INDÍGENA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS

Propõe-se, nesta seção, apresentar dados acerca da distribuição da renda em Campo Grande, bem como suas vinculações com as características étnico-raciais, captadas pelo Censo Demográfico 2010. Busca-se, nesse sentido, discutir como se espacializam esses elementos na cidade, para, na seção posterior, analisar como se dá o acesso a oportunidades de trabalho, saúde e educação. É fundamental que se perceba que a população da cidade não é homogênea e sua caracterização pode demonstrar algumas facetas das desigualdades socioespaciais que este artigo buscar compreender.

A partir da Figura 1, podem-se verificar a distribuição da população negra, a localização das Aldeias Urbanas Indígenas e onde se agrupa a população mais rica de Campo Grande, os 10% mais ricos⁶. O padrão de distribuição da renda e étnico-racial da cidade segue, a princípio, o padrão de centro-periferia, onde a periferia é, em sua maioria, negra e indígena, com baixa renda média per capita, enquanto o centro é majoritariamente rico e branco. Assim, destaca-se o caráter étnico-racial da concentração de riqueza, haja vista que a grande maioria das áreas em que moram os 10% mais ricos é composta por, no máximo, 25% de pessoas negras.

O espaço mais central⁷ da cidade concentra a grande maioria das oportunidades de trabalho, como será exposto à frente. Essa área mais rica, “nobre”, concentra também muitos espaços de esporte e lazer, cujo local mais marcante é o principal parque da cidade, o Parque das Nações Indígenas. Diversos órgãos públicos estão localizados ali, tal como a prefeitura e a câmara municipais; a administração estadual, no Parque dos Poderes, é vizinha a essa área, conectadas por duas importantíssimas vias da cidade. Concentram não apenas renda, mas trabalho, equipamentos públicos urbanos e administrativos, logo, concentram o poder e, como adiantou Rodrigues (2007), é onde se predomina o valor de troca.

Há uma convergência apenas parcial ao que se denota por espaço mais central e aquilo que Corrêa (1989) denomina de “Área Central”, porque ainda que o “núcleo central”, nos termos desse autor, seja local de moradia da população mais rica, o mesmo não ocorre com a zona periférica do centro, que por sua própria definição, abriga população de status social menos elevado.

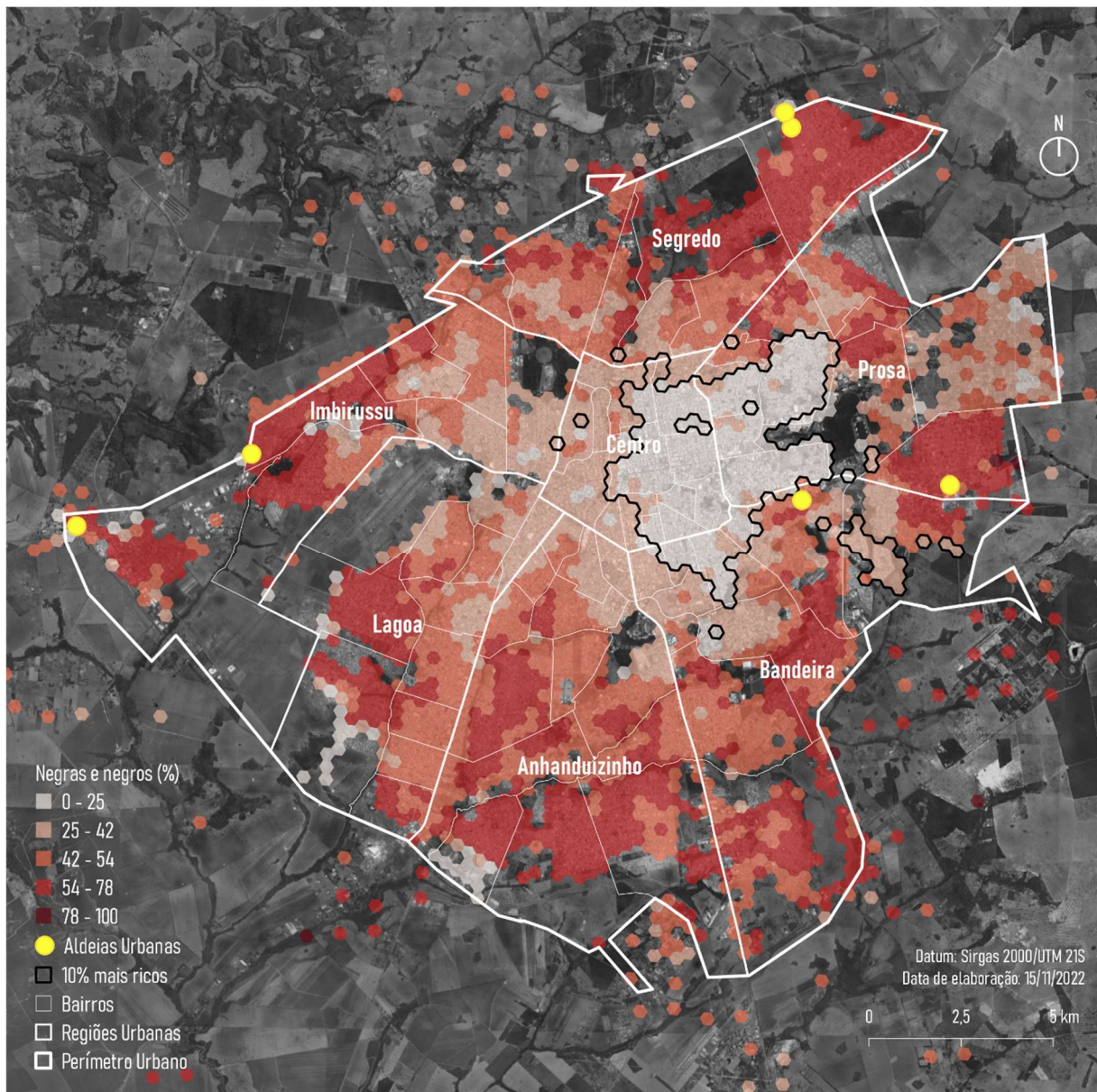
A área que abriga a população do maior decil de renda abarca o que se entende por núcleo central (sobretudo no bairro Centro), entretanto ela abarca uma zona da cidade com um desenvolvimento mais recente, incluindo equipamentos de consumo que já nascem deslocados do centro tradicional da cidade, como o Shopping Campo Grande (que pode ser observado na Figura 3). Supõe-se um processo de descentralização do Centro de Campo Grande, em direção leste, região que abriga áreas de intenso uso do solo, verticalização acentuada, além de boa disponibilidade de emprego, como a próxima seção irá demonstrar. Como Corrêa (1989) aponta, processos de descentralização podem revelar uma “seletividade em termos de território”, cujas atividades do terciário tendem a migrar para bairros habitados por pessoas de mais alta renda.

Esse processo, e a própria delimitação do núcleo central e zona periférica do centro necessitariam de estudos próprios de averiguação, com fontes de dados mais amplos do que se dispõe, entretanto o que é visível é que há uma aglutinação entre o núcleo central (nos termos de Corrêa) e aquilo que Flávio Villaça (2001) denomina de área de concentração de alta renda. Esse não é um processo singular de Campo Grande, haja vista, que como pontua o autor, a população de renda mais elevada tende a se localizar numa mesma direção a partir do centro da cidade.

⁶ O Projeto Acesso a Oportunidades elaborou uma malha hexagonal (que mede o tamanho aproximado de uma quadra) cobrindo toda a cidade de Campo Grande e para cada um dos hexágonos, com base nos dados do Censo Demográfico 2010, calculou-se o total de moradores, a composição por cor/raça e o nível de renda, a renda familiar per capita daquele hexágono (PEREIRA *et al.*, 2020). Todos os hexágonos foram ordenados, partindo-se do menor nível de renda para o maior, divididos em 10 partes, obtiveram-se os decis de renda. Os decis de número 10 são aqueles apresentados na Figura 1. O cálculo de acessibilidade a oportunidades, apresentado na próxima seção, foi calculado para as mesmas unidades espaciais (hexágonos).

⁷ O sentido aplicado é o de localização, não sendo, portanto, plenamente representativo do que seria “Área Central” nos termos de Corrêa (1989).

Figura 1 - População negra, Aldeias Urbanas e os 10% mais ricos em Campo Grande-MS.



Fonte - Pereira *et al.* (2020), Batistoti e Latosinski (2019) e SISGRAN⁸ (2020). Elaboração dos autores (2023).

Há de se destacar, entretanto, que uma parcela da área mais rica não está localizada na porção central da cidade, mas sim nas suas periferias (a sudoeste, no bairro Maria Aparecida Pedrossian, Região Urbana do Bandeira⁹), indicando um novo padrão de organização espacial da riqueza. Identifica-se no bairro citado, um condomínio de alto padrão, enclave fortificado¹⁰, o Residencial Damha, de acesso controlado e restrito sendo completamente dissonante do restante do bairro. É notável que outra área

⁸ Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande-MS.

⁹ Os 74 bairros da cidade estão divididos em 7 regiões urbanas, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei n. 74/2005 (CAMPO GRANDE, 2005) e Plano Diretor Municipal – Lei n. 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018).

¹⁰ Para Teresa Caldeira (1997) esses são espaços privatizados, fechados, com segurança privada, utilizados para residência lazer ou trabalho. Estes fazem parte do processo de fragmentação da cidade, subvertendo o sentido do espaço público, em que se ancorou as cidades modernas. São socialmente homogêneos e ocupados por classes médias e altas e podem se localizar nas periferias, ao lado de bairros pobres e favelas. Estes espaços conferem alto status aos seus ocupantes, de modo que “[e]m cidades de muros e medos, as desigualdades e as distâncias sociais são reforçadas a cada passo (CALDEIRA, 1997, p. 174).

com características semelhantes ao Damha, a norte do Centro, onde se localizam os Residenciais Alphaville, não apareça neste mapa, mas a explicação é simples, a ocupação desses últimos residenciais é posterior à coleta dos dados do Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2010. Esses locais ocupariam o que Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Maria Góes (2013) nomeiam de periferia dos ricos, em contraposição à convencional periferia dos pobres, o que se poderia compreender com o conceito de fragmentação socioespacial que redefine e reafirma a seletividade social no uso do espaço, aprofundando-se as desigualdades socioespaciais. Com isso, altera-se a própria relação centro-periferia. Não é objetivo deste trabalho abordar esse conceito, mas cabe registrar que ele é entendido como um processo que, além dos aspectos objetivos e materiais, abarca aspectos subjetivos e simbólicos em variadas dimensões e que para isso requereria um ferramental próprio de análise (SPOSITO; SPOSITO, 2020).

A população negra está mais concentrada nas periferias pobres da cidade, distantes do bairro Centro e da área de concentração de alta renda, onde alcançam até 78% da população, muito acima do valor médio para o conjunto da cidade, que é composta por 46,9% de pessoas negras, segundo dados do Censo 2010, do IBGE (SISGRAN, 2021). Tal situação tem fundamento na herança escravocrata do país e na falta de políticas públicas que garantissem terra (urbana ou rural) para a população negra, culminando num processo de periferização e favelização dessa população nas grandes cidades brasileiras, heranças de relações sociais pretéritas (MALACHIAS, 2006). Para este autor, mesmo não se utilizando de instrumentos jurídicos, na passagem do século XIX para o XXI, a construção da nação brasileira efetivou-se por formas estatais discriminatórias de dominação racial que almejavam a separação social e espacial de negros e indígenas. O racismo científico estava no cerne do que o autor compreende como ideias fundadoras da civilidade brasileira, a tese do branqueamento e a louvação à mestiçagem (a democracia racial brasileira).

Mas não se trata apenas de reminiscências do período colonial e escravocrata, pode-se compreender essa situação nos termos do racismo estrutural, discutido por Silvio de Almeida (2019), que é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar que há sociedades, como a brasileira, estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas.

Para Barbosa (2012, p. 108), esse processo se desdobra numa desigualdade de oportunidades e acesso, o que “acaba por delinear um quadro em que os negros têm menos escolaridade, ocupam os piores empregos, têm menos possibilidades de mobilidade social, vivem em regiões com pior infraestrutura”. Compreende-se, pois, que, na dialética espaço-sociedade, as próprias condições de produção/reprodução social ocorrem de maneira diferenciada, expressando-se em desigualdades socioespaciais.

A população indígena encontra-se, por outro lado, concentrada nas Aldeias Urbanas (AU), que são resultado da luta e da resistência desses povos pelo território, mas reproduz na cidade parte das disputas que ocorrem no campo. Aleida Fontoura Batistoti e Karina Trevisan Latosinski (2019, p. 335), citando Katya Vietta (2012, p. 8)¹¹, afirmam que o termo Aldeia Urbana, em Campo Grande, “surge para enfatizar um programa habitacional específico ‘no qual as casas se espremem em minúsculos terrenos e o espaço coletivo não vai além de ruas e calçadas’”. Outrossim, apesar das singularidades de cada AU, elas têm semelhança:

estruturas precárias de moradia, ausência de serviços de saúde e de educação específicos para indígenas, falta de espaços públicos de lazer, criação de aldeias distantes da cultura indígena, localizadas nas periferias da cidade e à margem da sociedade - com exceção da Marçal de Souza que se encontra melhor localizada devido à expansão urbana na região (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019, p. 336).

Malachias (2006) compreende que as relações étnico-raciais são rugosidades, haja vista a articulação do passado e do presente, produzindo rugosidades físico-territoriais, distinguindo-se na paisagem e nos espaços sociais, permitindo, assim, a discriminação e; também a rugosidade sociogeográfica, uma relação ideologicamente hierarquizada (preconceito e racismo institucional), cuja situação estrutural resulta em uma condição de que os negros não obtêm melhora, conforme o que defende Renato Emerson dos Santos (2012) “as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no e com o espaço”, sendo que o espaço urbano é também produto e condição dessas hierarquias raciais.

¹¹ VIETTA, K. Os “valores” da cerâmica campo-grandense: um patrimônio em busca de reconhecimento.

Cadernos do LEPARQ, v. 12, n. 24, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarg/article/download/6530/4681>. Acesso em: 04 set. 2021.

As questões de renda, raça e etnia são fundamentais para se denotar como se caracteriza o espaço urbano e fornecem chaves para se compreender como ele foi estruturado. Dessa forma, mostra-se uma das faces das desigualdades socioespaciais na cidade de Campo Grande-MS. Assim, faz-se necessário aumentar o ferramental de análise, para que seja possível compreender como esses e outros elementos apresentados convergem sobre esse espaço desigual.

ACESSO A OPORTUNIDADES

Para dar prosseguimento à análise, serão explorados os dados apresentados pelo Projeto Acesso a Oportunidades, buscando-se identificar como a distribuição dessas oportunidades vincula e (re)produz as desigualdades socioespaciais.

Em 2020, o Ipea, em parceria com o ITDP Brasil, publicou os primeiros resultados do Projeto de Acesso a Oportunidades, que abrange as 20 maiores cidades brasileiras. Os dados foram calculados para o ano de 2019, com base na localização dos postos de trabalho (extraídos da RAIS, para o ano de 2017), dos estabelecimentos de saúde (informados pelo CNES) e das escolas (a partir do censo escolar do INEP, para 2018), utilizando-se a malha viária do OpenStreetMap (de setembro de 2019). O estudo possui estimativas para emprego, serviços de saúde e educação, nas modalidades de transporte ativo (caminhada e bicicleta) e por transporte público, este último abrangeu apenas 7 cidades e não incluiu Campo Grande (PEREIRA *et al.*, 2020)¹². O estudo utiliza registros administrativos, pesquisas amostrais, dados de imagens de satélite e mapeamento colaborativo, calculando índices com alta resolução espacial. Os dados foram desagregados por grupos socioeconômicos, níveis de renda e cor/raça. De modo geral, para todo o Brasil, foram notados dois padrões de concentração e de alta performance/conectividade nas áreas urbanas centrais, em contraste com as áreas periféricas que compõem, por vezes “desertos de oportunidades”. Além disso, a população branca e de alta renda tem mais acesso a oportunidades de emprego, saúde e educação do que a população negra e pobre (PEREIRA *et al.*, 2020).

Foram calculados dois indicadores de acessibilidade, o tempo mínimo para se chegar à oportunidade mais próxima (TMI), e a medida cumulativa de acesso a oportunidades (CMA), que determina a porcentagem, do total de oportunidades, que se consegue acessar em determinado intervalo de tempo. A acessibilidade urbana é entendida como “a facilidade com a qual pessoas de diferentes grupos sociais e níveis de renda distintos conseguem acessar oportunidades de emprego, serviços de saúde e educação, atividades culturais e de lazer” (PEREIRA *et al.*, 2020, p. 7). Para que esses índices pudessem ser calculados, criou-se uma malha hexagonal cobrindo todo o município e estimou-se o tempo de viagem entre o centroide de cada hexágono para todos os demais hexágonos da malha espacial das cidades analisadas, criando-se uma matriz de viagem. A partir dessa malha, procedeu-se à combinação com dados geolocalizados de população, estabelecimentos de saúde, escolas e postos de empregos, calculando-se os indicadores de acessibilidade por modo de transporte e tipo de oportunidade.

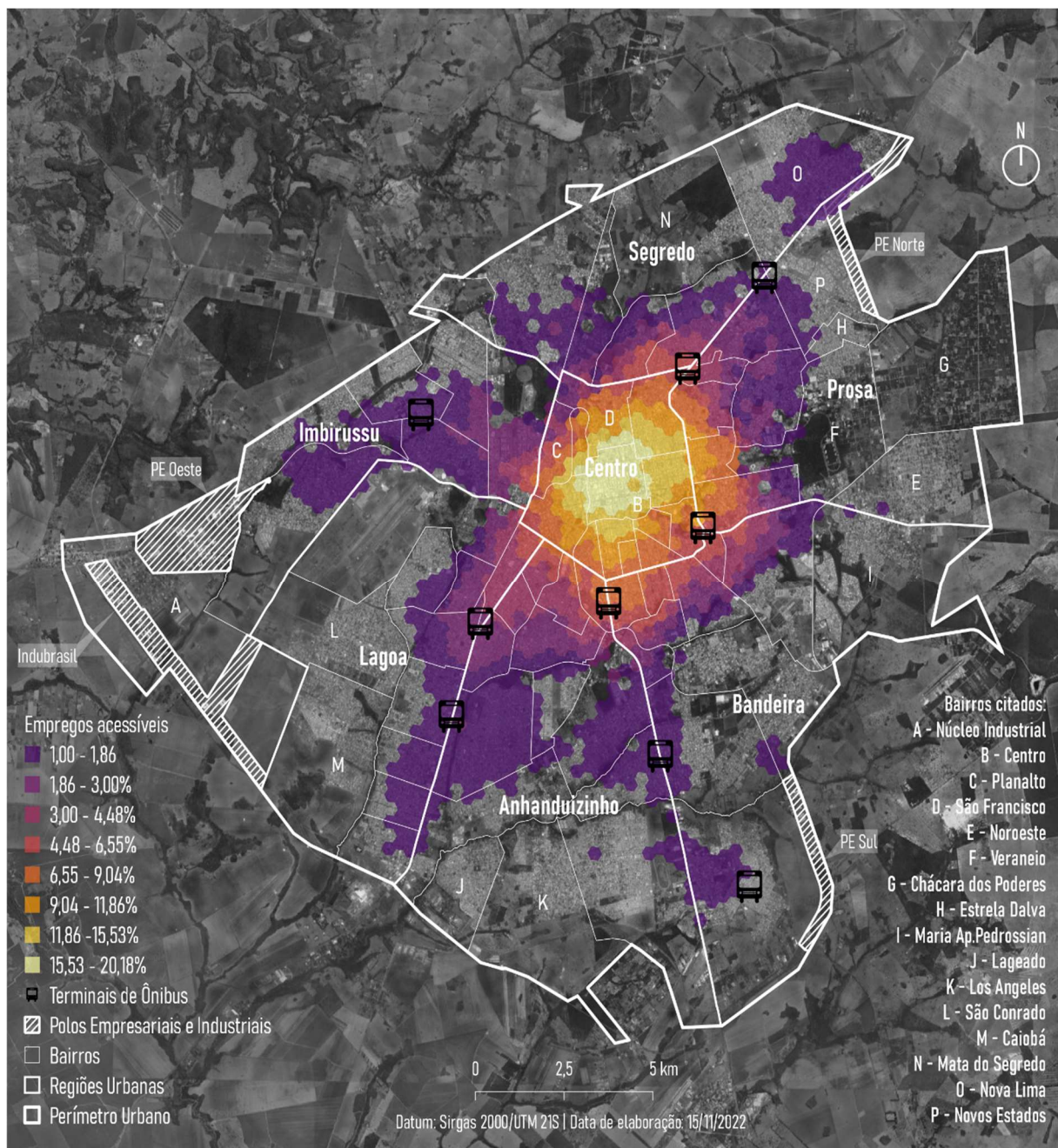
Um primeiro elemento limitante do Projeto Acesso a Oportunidades para Campo Grande é a não consideração dos deslocamentos por meio do transporte público, o que torna a análise restrita, ainda que não impeça que se chegue à importantes conclusões. Os autores do estudo afirmam que os indicadores CMA e TMI são amplamente utilizados, mas podem levar à subestimação das desigualdades no acesso a oportunidades, isso porque eles não captam as influências do custo da viagem; as características das pessoas como idade, gênero e deficiência física. Consideram todas as oportunidades igualmente acessíveis (exceto para emprego, mas consideram apenas escolaridade); não consideram empregos informais e desconsideram a desigualdade de renda dentro de cada hexágono, assumindo um valor médio para todos. Diante das considerações, percebe-se que um dos elementos não captados pelos indicadores é a dificuldade de acesso ao emprego em decorrência do racismo.

¹² Página do projeto: <https://www.ipea.gov.br/acessoopportunidades/>.

Tendo explicado de maneira breve os indicadores utilizados, a Figura 2 apresenta a CMA de trabalho para Campo Grande, por caminhada, em 30 minutos. Por meio dela, demonstra-se qual porcentagem das oportunidades de emprego está disponível saindo de cada lugar (hexágono) da cidade, a pé, por 30 minutos. Os locais com menos de 1% de oportunidade de emprego não estão pintados no mapa.

O resultado é bastante semelhante ao de muitas outras cidades brasileiras, há uma acessibilidade de emprego maior nas áreas centrais, decaindo à medida que se encaminha para a periferia. Entretanto, é notável a existência de eixos de maiores oportunidades saindo da Região Urbana do Centro e indo em direção às saídas da cidade.

Figura 2 - Locais com 1% de empregos acessíveis, por caminhada, em 30 min, em Campo Grande-MS.



Fonte - Pereira et al. (2020) e SISGRAN (2020). Elaborada pelos autores (2022).

É notável que o Polo Industrial Oeste e o Indubrasil (localizados no bairro Núcleo Industrial [A¹³]) não compõem as áreas com alta acessibilidade ao emprego, o que não significa que o número de postos de trabalho que esses lugares concentram é baixo, pode apenas indicar o local das indústrias na estrutura econômica de Campo Grande. Os empregos na indústria correspondem apenas 8% do total de postos de trabalho formais na cidade, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Empregos listados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para Campo Grande (2020).

Setor/Grupamento	Qtde. de trabalhadores	Percentual em relação ao total	Remuneração média
Serviços	183.173	67,54%	R\$ 4.623,25
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	43.997	16,22%	R\$ 2.472,19
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	109.819	40,49%	R\$ 6.034,38
Transporte, armazenagem e correio	13.502	4,98%	R\$ 2.355,75
Alojamento e alimentação	8.145	3,00%	R\$ 1.555,11
Outros serviços	7.705	2,84%	R\$ 2.011,17
Serviços domésticos	5	0% ¹⁴	R\$ 1.200,46
Comércio	50.578	18,65%	R\$ 2.234,60
Comércio Varejista	35.865	13,22%	R\$ 1.961,51
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	7.500	2,77%	R\$ 2.777,24
Comércio por atacado, exceto veículos automotores	7.213	2,66%	R\$ 2.981,33
Indústria	21.345	7,87%	R\$ 2.595,56
Indústrias de transformação	16.544	6,10%	R\$ 2.241,13
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	3.750	1,38%	R\$ 3.242,55
Eletricidade e Gás	878	0,32%	R\$ 6.427,24
Indústrias Extrativas	173	0,06%	R\$ 2.160,79
Construção	12.318	4,54%	R\$ 2.362,48
Construção de edifícios	5.617	2,07%	R\$ 2.545,53
Obras de Infraestrutura	3.640	1,34%	R\$ 2.525,44
Serviços especializados para Construção	3.061	1,13%	R\$ 1.815,80
Agropecuária	3.810	1,40%	R\$ 2.140,93
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3.425	1,26%	R\$ 2.060,83
Produção florestal	368	0,14%	R\$ 2.891,71
Pesca e aquicultura	17	0,01%	R\$ 1.706,15
Total	271.224	100%	R\$ 3.909,28

Fonte - Relação Anual de Informações Sociais (ano 2020), disponibilizada pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (BRASIL, 2022). Elaborado pelos autores (2022).

A grande maioria dos empregos formais de Campo Grande está no setor de Comércio e Serviços (86%), como pode ser observado na Tabela 1. Uma parcela considerável desses empregos ocorre na administração pública, na saúde e na educação, o que está em sintonia com a função política que a

¹³ As referências alfabéticas indicam na Figura 2 a localização do bairro aludido.

¹⁴ A quantidade de empregos em Serviços Domésticos representa 0,002% em relação ao total de empregos.

cidade ocupa como capital de Mato Grosso do Sul, além de polarizar a rede de 79 municípios do estado. Fica evidente também que a média dos salários da administração pública (R\$ 6.034,38) destoa das demais esferas que compreendem o setor de serviços, gerando uma média salarial mais alta para esse setor como um todo, o que, analisando criteriosamente a Tabela 1, oculta, em parte, a realidade dos salários no restante do setor de serviços.

Retomando o acesso a oportunidades de emprego, aqueles que partem do bairro Centro (B) têm à sua disposição 15-20,18% das oportunidades de emprego de toda a cidade, confirmando que o Centro concentra muitos empregos. No geral, a Região Urbana do Centro possui boa acessibilidade a oportunidades de emprego, acima de 4,48%, com exceção da metade norte do bairro Planalto (C), as faixas do bairro São Francisco (D) próximas ao cruzamento da Av. Mascarenhas de Moraes e Av. Tamandaré (incluída na Figura 3), que possuem valores mais baixos para esse indicador. Os bairros das outras Regiões Urbanas que margeiam a Região Urbana do Centro possuem também uma boa acessibilidade a oportunidades de emprego. A mancha de maiores oportunidades que se inicia no bairro Centro (B), se estende mais fortemente na direção leste, ao longo das avenidas Afonso Pena e Mato Grosso (ver Figura 3). No entorno do Shopping Campo Grande (ver Figura 3) o percentual de oportunidades de empregos acessíveis varia entre 7 e 10%.

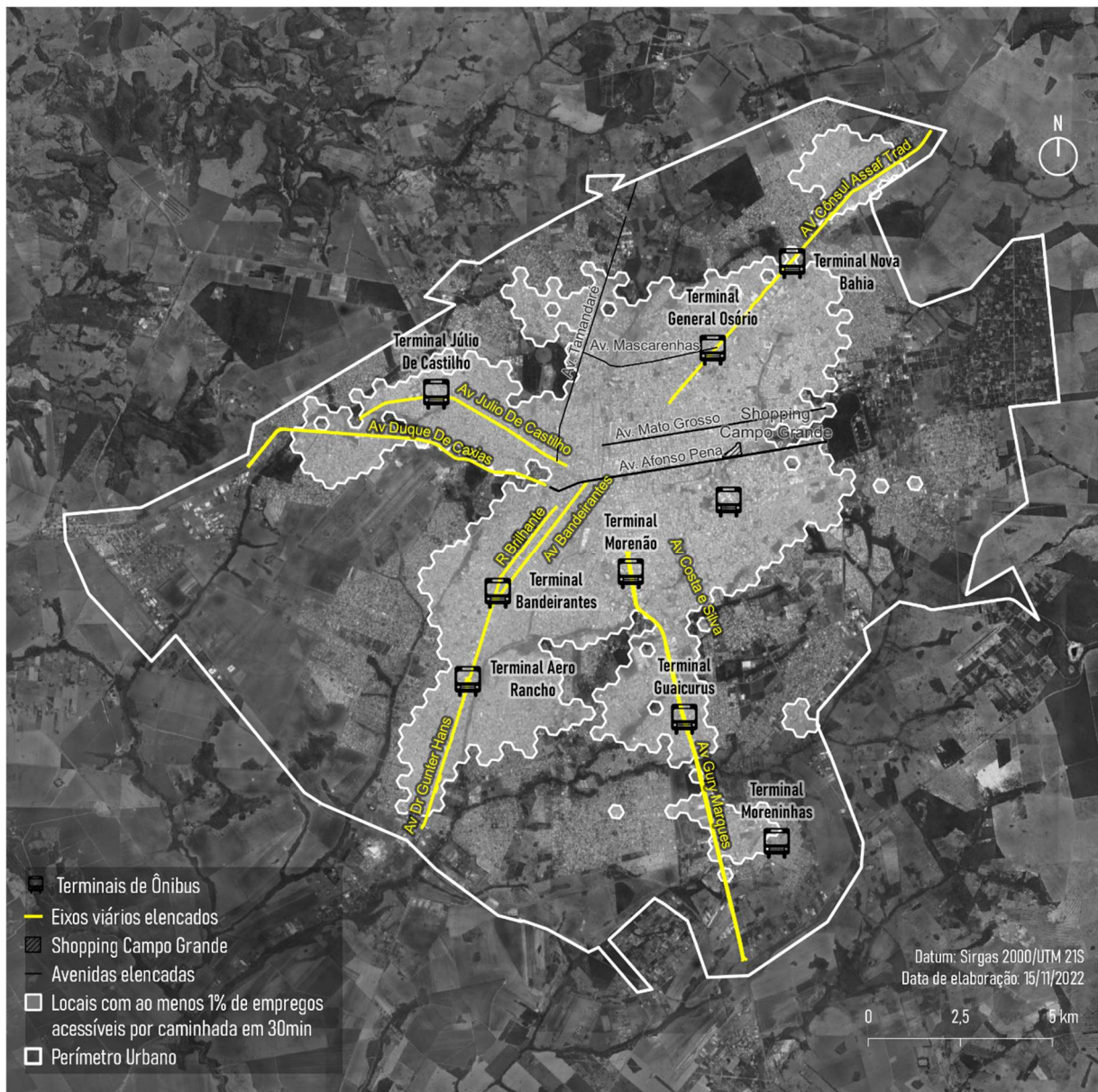
Outros bairros, porém, tem baixíssima acessibilidade a oportunidades de emprego, variando de 0 a 1%, são eles: a) na Região Urbana do Prosa: Noroeste (E), Veraneio (F), Chácara dos Poderes (G) e Estrela Dalva (H); b) na Região do Bandeira: Maria Aparecida Pedrossian (I); c) na Região do Anhanduizinho: Lageado (J) e Los Angeles (K); d) na Região do Lagoa: São Conrado (L) e Caiobá (M); e) na Região do Imbirussu: Núcleo Industrial (A); e f) na Região do Segredo: Mata do Segredo (N).

Quase todos os bairros indicados com acessibilidade de 0 a 1% têm Índice de Exclusão Social alto ou muito alto (SAUER; CAMPÊLO; CAPILLE, 2012), a única exceção é o bairro Maria Aparecida Pedrossian, mas esse é o bairro em que fica localizado o condomínio de alto padrão, Damha. Ao se analisarem esses bairros em relação à renda, verifica-se que a maioria tem até 1 salário mínimo (SM) de renda média per capita, a exceção está nos bairros Estrela Dalva (1,01 SM), Veraneio (1,14 SM) e Chácara dos Poderes (2,03 SM) (SISGRAN, 2020). Portanto, a desigualdade socioespacial denotada pela desigualdade de renda e no índice aludido, expressa-se também na maior dificuldade de acesso a oportunidade de emprego na cidade.

Nota-se que ao longo de alguns eixos viários, especialmente aqueles que contam, em sua extensão, com um terminal de ônibus do transporte público de Campo Grande, uma maior acessibilidade a oportunidades de emprego. Esse fenômeno engloba 8 dos 10 terminais de ônibus da cidade e, no geral, demonstra uma maior acessibilidade irradiando da região central, reduzindo-se à medida em que se encaminha para a periferia. Os eixos identificados são os seguintes e podem ser visualizados na Figura 3:

- a) eixo formado pelas avenidas Costa e Silva e Gury Marques, que contém os Terminais Morenã e Guaicurus. O Terminal Moreninha, embora não esteja nessas avenidas, encontra-se próximo e é englobado pela área de maiores oportunidades;
- b) eixo formado pela rua Brilhante e avenidas Bandeirantes e Gunter Hans, que contém os Terminais Bandeirantes e Aero Rancho;
- c) eixo da Av. Cel. Cônsul Assaf Trad, que contém os Terminais Gal. Osório e Nova Bahia. Próximo a eles está uma mancha de maior acesso a oportunidade de emprego, que cobre boa parte do bairro Nova Lima (O) e uma parcela do Novos Estados, onde estão localizados o Polo Empresarial Norte e o Shopping Bosque dos Ipês;
- d) eixo formado pelas avenidas paralelas Duque de Caxias e Júlio de Castilho, esta última contém o Terminal Júlio de Castilho.

Figura 3 - Eixos viários e terminais de ônibus de Campo Grande-MS.



Fonte - Pereira *et al.* (2020) e SISGRAN (2020). Elaborada pelos autores (2022).

Buscar os elementos que ocasionaram a formação de cada um desses eixos exigiria uma pesquisa específica e um bom espaço para exposição, mas brevemente, comenta-se aqui sobre o segundo eixo (b). É o eixo de mais fácil visualização, que pode ser observado na Figura 3. A partir da Figura 2, vê-se que há uma gradação de percentuais de acesso à oportunidade de emprego ao longo dele, iniciando em 13% de oportunidades de emprego acessíveis, no início da Av. Bandeirantes, decaindo no sentido da periferia. Assim, os bairros adjacentes a essas vias (Bandeirantes, Brilhante e Gunter Hans), no geral, não têm boa acessibilidade em toda a sua extensão, mas somente nas áreas mais próximas a essas vias (a exceção é o bairro Aero Rancho). É importante destacar que esse mesmo eixo aparece como um concentrador de pessoas brancas (Figura 1) e de rendas maiores que o entorno. Pode-se inferir, que a organização do sistema viário dessa forma, aliado aos diferenciais oferecidos pela boa disponibilidade de transporte público, teve um efeito de atrair mais oportunidades de emprego, bem como de ser preferido pela população branca e com rendas médias, em detrimento das porções dos bairros adjacentes, distantes das vias aludidas.

Considerando-se o mesmo indicador (CMA) para analisar o acesso a oportunidades de educação pública (infantil, fundamental e médio), por caminhada, em 30 minutos, tem-se um padrão distinto de acessibilidade, de modo que, mesmo na periferia da cidade, surgem áreas com alta acessibilidade a equipamentos de educação (infantil, fundamental e médio). Tal padrão pode ser decorrente das políticas públicas que territorializam os equipamentos de educação, levando-os aos locais com maior demanda por esses serviços. São expressões das reivindicações dos moradores ao Estado para proverem condições de reprodução dos trabalhadores, sendo esta uma faceta do paradoxo presença-ausência do Estado, nos termos de Rodrigues (2007). Isso ocorre pois “[...] o Estado burguês não é um bloco monolítico; justamente por ser perpassado pelas lutas [dos movimentos sociais urbanos], há brechas e espaços no seu interior, composto de aparelhos que são carregados de ambiguidades e conflitualidades” (GOHN, 1991, p. 35).

Outrossim, cabe destacar que tal indicador (CMA) não mede a disputa de cada equipamento, de modo que embora alguns locais tenham alta acessibilidade, eles podem sofrer com a falta de vagas frente à demanda. Ainda, o indicador não leva em conta a infraestrutura dos equipamentos, muito menos os aspectos qualitativos do ensino.

Tendo essas ressalvas, há algumas áreas que se constituem como “desertos de oportunidades”, aqueles lugares em que os moradores não têm acesso a nenhum equipamento nos parâmetros propostos (modo de transporte e tempo). Dito isso, são visíveis dois tipos de “desertos de oportunidades”, aqueles localizados em bairros com alta renda média per capita, e que por vezes, possuem muitas oportunidades de emprego, bem como boa infraestrutura urbana e aqueles localizados nos bairros com maior precariedade urbanística e com baixos índices socioeconômicos.

Desse primeiro grupo, destacam-se os entornos do Parque das Nações Indígenas e do Parque dos Poderes (bairros Carandá, Chácara Cachoeira, Santa Fé e Veraneio), quase totalidade do bairro Chácara dos Poderes (média-alta renda per capita, poucas oportunidades de emprego, infraestrutura urbana incompleta, trate-se de um bairro composto majoritariamente por chácaras) e o Residencial Damha, condomínio fechado de alto padrão no bairro Maria Aparecida Pedrossian (que não possui muitas oportunidades de emprego). Para se compreender o motivo da existência desse “deserto de oportunidades”, seria preciso avaliar se há reivindicações e demandas por esse tipo de equipamento público, tendo em vista as características socioeconômicas de tais lugares.

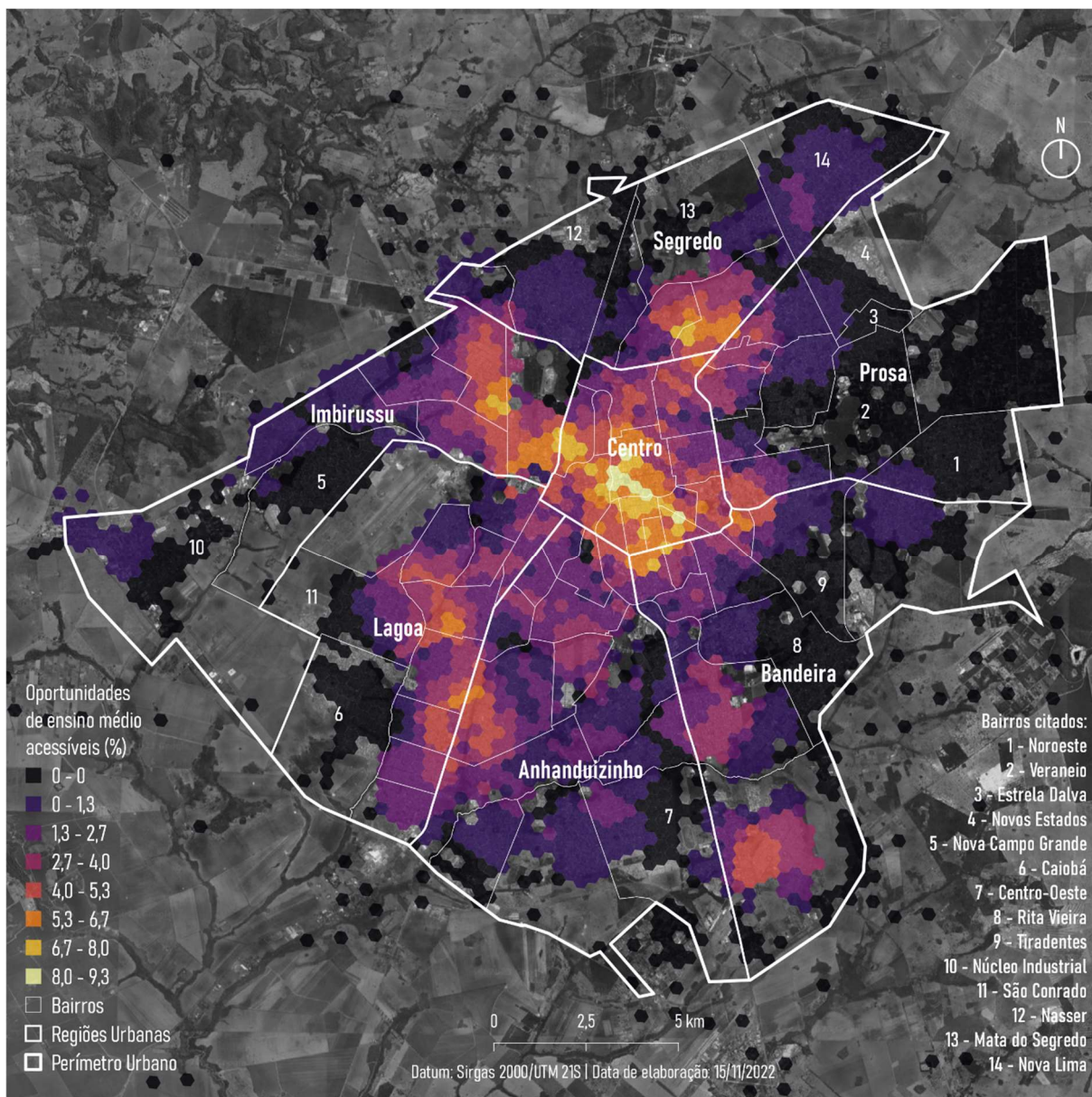
Outro tipo de “deserto de oportunidades” é aquele que ocorre em bairros pobres, com baixos índices socioeconômicos e infraestrutura urbana deficitária. Desse grupo, destacam-se o Jardim Inápolis, no bairro Núcleo Industrial, e o Portal da Lagoa, no bairro Nasser.

Quando se trata do acesso a oportunidades de educação infantil, além das áreas já apontadas, incluem-se aos “desertos de oportunidades” porções dos bairros Los Angeles, Centenário, Alves Pereira (com destaque ao loteamento Radialista) e porções do bairro Parati. Já em relação ao acesso a oportunidades de educação de nível fundamental, acrescentam-se partes dos bairros Vilas Boas, Caiobá e São Conrado.

Para o ensino médio, os “desertos de oportunidades” aumentam em grande número para além das áreas já indicadas para outros níveis de educação (infantil e fundamental), o que pode ser observado na Figura 4. Nesse nível de ensino, percebe-se que as áreas de maior acessibilidade estão localizadas no bairro Centro e entorno e, de maneira secundária, em outros bairros fora da Região Urbana do Centro. De todas as áreas que figuram como “desertos de oportunidades” (0% de acessibilidade), destacam-se aqueles bairros que não possuem nenhuma unidade pública de ensino médio e possuem baixos índices socioeconômicos: a) na Região Urbana do Prosa: Noroeste (1)¹⁵, Veraneio (2), Estrela Dalva (3) e Novos Estados (4); b) na Região Urbana do Imbirussu: Nova Campo Grande (5); c) na Região Urbana do Lagoa: Caiobá (6) e; d) na Região Urbana do Anhanduizinho: Centro-Oeste (7). Há bairros, entretanto, que possuem escolas em seu interior, mas têm “desertos de oportunidades” em parcela deles, é o caso do Rita Vieira (8), Tiradentes (9), Núcleo Industrial (10), São Conrado (11), Nasser (12), Mata do Segredo (13) e Nova Lima (14).

¹⁵ As referências numéricas indicam na Figura 4 a localização do bairro aludido.

Figura 4 - Acesso a oportunidades de educação média em Campo Grande-MS.



Fonte - Pereira *et al.* (2020) e SISGRAN (2020). Elaboração dos autores (2022).

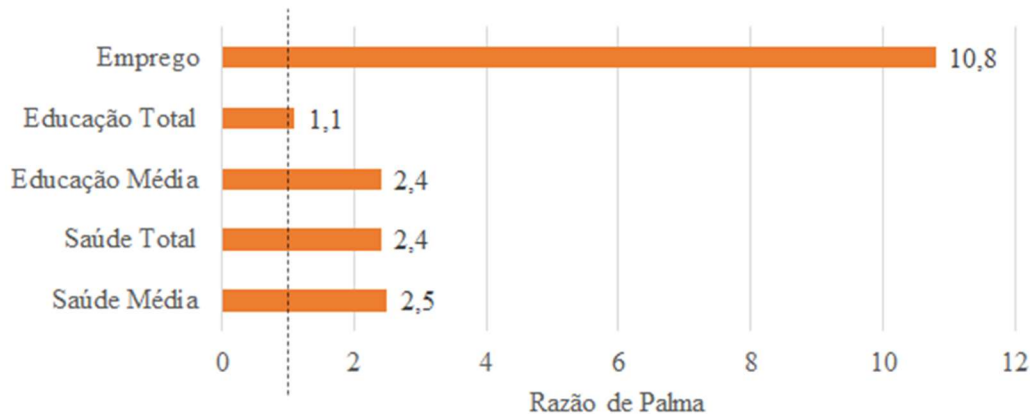
Assim, o padrão de distribuição das escolas de ensino médio, ainda que parcialmente territorializados reforçam as desigualdades socioespaciais evidenciadas em outros indicadores.

Os dados de acesso a oportunidades de saúde de baixa complexidade guardam certa semelhança com os de educação: equipamentos distribuídos em diversos bairros, mais próximos da população. É notável que haja uma boa distribuição dos equipamentos de saúde de baixa complexidade em bairros periféricos e a falta deles em bairros centrais ou de alta renda (como o Chácara Cachoeira), isso não significa que essa distribuição seja homogênea por toda a cidade (PEREIRA *et al.*, 2020).

Os equipamentos de saúde de alta complexidade, por outro lado, estão mais concentrados em áreas mais centrais que possuem maiores rendas per capita e maior concentração de pessoas negras, de modo que, no geral, a população da periferia levaria mais de 1h de caminhada para chegar até a oportunidade de saúde de alta complexidade mais próxima, denotando a importância que o transporte coletivo tem para garantir o acesso à saúde (PEREIRA *et al.*, 2020).

As Figuras 5 e 6 representam a desigualdade socioespacial no acesso a empregos, saúde e educação, por meio da Razão de Palma. Destaca-se que organização desses resultados em apenas dois gráficos teve a intenção apenas de facilitar a apresentação dos resultados pois não há o objetivo de se compararem desigualdades distintas (emprego, saúde e educação). A Figura 5 calcula a razão entre o acesso a oportunidades entre os 10% da população mais rica, comparativamente ao acesso a oportunidades dos 40% mais pobres, da população, obtendo-se uma razão de desigualdade no acesso a oportunidades.

Figura 5 - Desigualdade por renda, em 30min de caminhada.



Fonte - Pereira *et al.* (2020). Elaborada pelos autores (2022).

É nítida a desigualdade socioespacial entre os mais ricos e os mais pobres no que tange oportunidades de acesso ao emprego, tendo em vista que os 10% mais ricos da população têm 10 vezes mais acesso a essas oportunidades, reflexo da concentração de empregos nas áreas mais centrais, em que mora a população mais rica. A população mais rica apropria-se das melhores localizações (em termos de emprego, serviços, infraestrutura urbana e qualidade de vida) por dominarem a produção do espaço, tendo condições financeiras para custear a moradia em locais onde o preço da terra é alto. Por outro lado, o comércio e os serviços tendem a localizar-se perto dessa população que tem maior poder de compra.

Assim, os 40% mais pobres, da população têm maiores dificuldades para acessar os empregos, em termos de quantidade de empregos disponíveis próximos às suas residências. Um dos resultados dessa desigualdade é o tempo gasto no deslocamento entre a casa e o trabalho, feito por essa população todos os dias.

Para além da desigualdade socioespacial expressada nos locais em que essas distintas populações habitam, ou seja, onde reproduzem sua vida, o acesso ao trabalho demonstra uma grande desigualdade socioespacial no acesso a oportunidades de emprego, restando à população mais pobre os empregos mais distantes de suas residências.

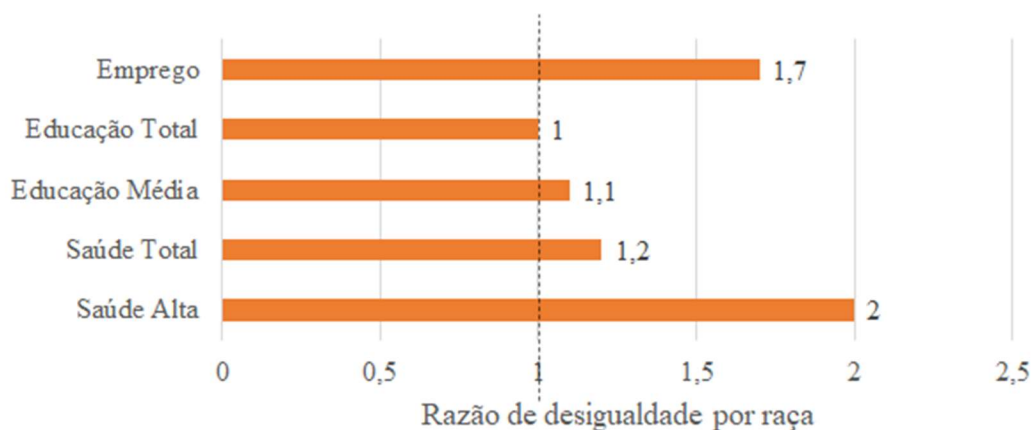
A Razão de Palma para renda mostra que os mais ricos, têm 10% mais acesso a oportunidades de educação (infantil, fundamental e média), mas quando se trata apenas do ensino médio, essas desigualdades tornam-se maiores, de modo que os 10% mais ricos têm 2,4 vezes mais oportunidades de educação média do que os 40% mais pobres. Como se ressalta, a territorialização dos equipamentos de educação em diversos bairros da cidade, deixam-nos mais próximos às populações mais pobres, entretanto isso não elimina a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres. Tal territorialização pode ser responsável pela aparente igualdade entre brancos e negros (em termos de acesso), quando se consideram todos os níveis de educação, mas no ensino médio, a população branca tem 10% mais acesso a essas oportunidades, como pode ser observado na Figura 6.

A Figura 6 representa a razão entre o acesso a oportunidades entre a população branca e negra, resultando assim num índice que demonstra a desigualdade no acesso a oportunidades a partir de uma

característica racial. A população branca tem acesso a 70% mais oportunidades de emprego do que a população negra. Certamente, essa ocorrência é um dos elementos que constituem o racismo no espaço urbano, e, como adiantou Malachias (2006), a desigualdade vivenciada por brancos e negros tem como um dos pilares as diferentes formas de acesso ao emprego, o que nem sempre é reflexo de diferenças de níveis educacionais.

O acesso a oportunidades de saúde demonstra uma grande desigualdade entre pessoas brancas e pessoas negras, sobretudo quando se trata do acesso aos equipamentos de saúde de alta complexidade. Os equipamentos de saúde de baixa complexidade, por estarem mais distribuídos pela cidade, refletem uma desigualdade menor do que a dos equipamentos de alta complexidade, entretanto. Esses equipamentos, por necessariamente serem mais reduzidos do que aqueles de baixa e média complexidade, tendem a se localizar em áreas mais centrais de Campo Grande (MS), o que reforça a necessidade do uso do transporte público para acessarem esses equipamentos, por parte da população periférica.

Figura 6 - Desigualdade por raça, em 30min de caminhada.



Fonte - Pereira *et al.* (2020). Elaborado pelos autores (2022).

Nesses marcos, as desigualdades socioespaciais expressadas no nível de reprodução da vida, aparecem também quanto ao acesso ao emprego por parte de pessoas, com maiores dificuldades de terem acesso ao emprego, o que se demonstra na relação entre a casa dessas pessoas e as oportunidades de empregos mais próximos.

Como se adiantou logo no início, um dos limitadores do Projeto de Acesso a Oportunidades para Campo Grande é não mensurar o acesso a oportunidades de emprego, saúde e educação por meio do transporte público, mas os dados deixam nítidas as necessidades de que a população mais pobre e negra tem de utilizá-lo para ter acesso a algum posto de trabalho, visto que no geral, suas habitações estão distantes da maioria das oportunidades de emprego. Assim, é fundamental que se garanta, no planejamento do transporte público, o amplo atendimento dessas camadas da sociedade, de modo a se equilibrarem, no dia a dia, desigualdades socioespaciais com origem no próprio processo de acumulação capitalista.

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE CAMPO GRANDE-MS

A análise do processo de desigualdade socioespacial pode ser empreendida por meio de diversas temáticas e abordagens. Este trabalho se concentrou em analisar tal processo a partir do local de moradia e oportunidades de trabalho, educação e saúde da população, considerando-se diferenças de raça e renda.

As desigualdades socioespaciais podem ser percebidas por meio da concentração da moradia das pessoas mais ricas e brancas nas áreas mais bem estruturadas, o bairro Centro da cidade e a área de

concentração de alta renda (que incluem algumas das “novas periferias”), em contraponto com a localização da população negra e pobre nos bairros mais distantes do centro, nas periferias pobres. As informações apresentadas demonstram a existência da relação centro-periferia na cidade, nos termos de Corrêa (1989), demonstram também o gérmen de seu fim, com o surgimento das novas periferias de alta renda, justapondo-se áreas ricas e áreas pobres, separadas por aparatos ostensivos de segurança. A análise desse processo à luz das formulações de Caldeira (1997) e Sposito e Sposito (2020) indicam um profícuo caminho de estudos.

As informações de Campo Grande-MS aproximam-se dos resultados obtidos para outras cidades brasileiras, pelo Projeto de Acesso a Oportunidades (Ipea), em que áreas de alta performance e conectividade são contrapostas a “desertos de oportunidades”. De modo geral, há uma maior acessibilidade ao emprego nas áreas urbanas centrais, em contraste com áreas periféricas, ainda que devam ser levados em conta os ‘eixos de oportunidades’ que irradiam do Centro, por meio de ruas e avenidas bem servidas por transporte público. Os dados apresentados não captaram plenamente a transformação da disponibilidade de empregos nas novas periferias, de alta renda, haja vista sua recente implantação, ainda que o Eixo da Av. Cônsul Assaf Trad, lindeiro aos Residenciais Alphaville (implantados após o Censo Demográfico 2010, que compôs os dados demográficos e de renda) e ao Shopping Bosque Ipês, pode indicar mudanças na disponibilidade de emprego, o que requer estudos próprios para sua compreensão, utilizando dados mais atualizados.

Ao se apropriarem das melhores localizações, a população branca e de alta renda tem à sua disposição melhores oportunidades de emprego, o que pode lhes garantir maior acesso, entretanto, não é apenas o fator locacional que proporciona esse acesso, elementos como o nível de escolaridade, o racismo estrutural, aspectos culturais, dentre outros fatores fazem-se presentes nessa situação. Nesse sentido, a busca à ampliação do acesso a oportunidades de emprego por toda a população, deve ser permeada por ações em diversos campos, para além da própria localização da moradia.

A inexistência de dados de acesso a oportunidades de emprego, saúde e educação considerando o transporte público torna a análise limitada, de modo que um panorama mais completo das desigualdades socioespaciais em Campo Grande aguarda o levantamento e o processamento desses dados por parte do Ipea e do ITDP. Frisa-se, entretanto, que os indicadores calculados para caminhada, por essas instituições, demonstraram estreita relação entre a alta disponibilidade de empregos e os eixos viários e do transporte público de Campo Grande, informação que pode alimentar estudos para compreender se o transporte público da cidade supera ou reforça as desigualdades socioespaciais apresentadas.

O estudo demonstra um dos resultados práticos da instalação de equipamentos de saúde e de educação em diferentes bairros da cidade, incluindo aqueles que estão localizados fora do centro da cidade ou da área de concentração de alta renda, tornando-os mais acessíveis às populações mais pobres e negras, o que ainda assim, não eliminam, no todo, as desigualdades de raça e renda. Entretanto, não se abordaram aspectos qualitativos desses equipamentos comunitários, o que poderia enriquecer a compreensão do acesso a eles, por parte da população residente nos bairros das periferias pobres. Nesses marcos, a territorialização de equipamentos comunitários, por toda a cidade é fundamental para oportunizar saúde e educação de qualidade àqueles que não dispõem de alta renda.

A exposição apresentada até aqui, busca explicitar ao menos parte das crises, problemas e contradições que se originam na própria produção do espaço urbano. Assim, há no espaço urbano campo-grandense os resultados (e condicionantes) do modo normal de funcionamento do modo de produção capitalista, que ao estabelecer uma divisão social e territorial do trabalho, provoca essas mesmas divisões no espaço urbano, ao mesmo tempo em que essas divisões são elementos fundamentais no processo de reprodução desse modo de produção.

Ainda que não se tenha discutido as diferenças qualitativas de como é realizada a reprodução da vida das classes mais baixas e das mais altas, nota-se que o local de moradia determina, dentre outras coisas, a quantidade de oportunidades que cada indivíduo terá acesso, de modo que a população negra e pobre precise percorrer maiores distâncias para ter acesso a algum posto de trabalho, e algumas oportunidades de saúde e educação.

Ao se concluir o presente artigo, delineiam-se algumas limitações e possibilidades para se dar continuidade a este estudo. A análise das desigualdades socioespaciais requer, além uma sólida base

teórica, uma robusta base de dados de modo que as diferenças entre os segmentos da sociedade possam ser mensuradas e sobretudo, para que se busquem ações mais precisas para combaterem as disparidades cuja origem se encontra no próprio funcionamento do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, v. 25, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.20396/rua.v25i1.8655545>
- BARBOSA, A. F. (org.). **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BRASIL. **Ministério do Trabalho e Previdência (MTE). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)**. Brasília: MTE, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 16 set. 2022.
- CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 155–176, mar. 1997.
- CAMPO GRANDE. Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município de Campo Grande e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-complementar-n-742005/>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- CAMPO GRANDE. Lei Complementar no 341, de 4 de dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Campo Grande (PDDUA). 2018. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/pddua/>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação Socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2007v4n6.12794>
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- CORRÊA, R. L. Notas sobre a diferenciação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 26, n. 1, p. e-193069, 28 abr. 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.93069>.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HARVEY, D. **Espacios del capitalismo global**. Trad.: Juanmari Madariaga. [S. l.]: Akal, 2021. (Cuestiones de antagonismo, 120).
- KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALACHIAS, A. C. **Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153719/>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- PEREIRA, R. H. M.; BRAGA, C. K. V.; SERRA, B.; NADALIN, V. G. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras, 2019**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9586>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2007v4n6.12796>
- SANTOS, R. E. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). **Questões urbanas e racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis; Brasília: DP et Alii; ABPN, 2012. p. 36–67.
- SAUER, L.; CAMPÊLO, E.; CAPILLE, M. A. L. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS: uma nova reflexão**. Campo Grande: Oeste, 2012.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SISGRAN. **Indicadores**. Campo Grande: SISGRAN, 2021. Disponível em:
<http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/>. Acesso em: 6 out. 2021.

SISGRAN. **Informações e dados espaciais**. Campo Grande: SISGRAN, 2020. Disponível em:
<http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/>. Acesso em: 3 maio 2020.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, 10 ago. 2020. DOI 10.4215/rm2020.e19015. <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015>

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012. p. 127-145.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

Recebido em: 17/03/2023

Aceito para publicação em: 13/09/2023